

**POTEETE, AMY R.; OSTROM, ELINOR;  
JANSSEN, MARCO A.**

**TRABALHO EM PARCERIA: AÇÃO COLETIVA, BENS  
COMUNS E MÚLTIPLOS MÉTODOS. TRADUÇÃO  
ROGÉRIO BETTONI. SÃO PAULO: EDITORA SENAC  
SÃO PAULO, 2011. 408 P**

**MARIA CAROLINA MOTTA<sup>1</sup>**

Não se trata de um livro-texto sobre métodos nem de um livro sobre filosofia da ciência, este é um livro sobre práticas metodológicas. É desta forma que os autores definem sua obra no prefácio. O título Trabalho em Parceria deixa claro que o tema central a ser discutido está no terreno da Ação Coletiva. É o subtítulo “ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos” que confere à obra o caráter prático proclamado pelos autores.

Este livro cujo título em inglês é Working Together: collective-action, the commons and multiple methods in practice foi publicado originalmente em 2010 e a sua publicação em português se deu em 2011 pela Editora Senac São Paulo com tradução de Rogério Bettoni. É fruto do trabalho conjunto dos autores que congregaram pesquisas realizadas por vários pesquisadores em um verdadeiro intercâmbio de experiências. Amy Poteete é professora do departamento de Ciência Política da Universidade de Concordia no Canadá, Marco Janssen é diretor do Centro de Estudos de Diversidade Institucional da Universidade do Arizona e Elinor Ostrom (Prêmio Nobel de Economia de 2009), professora

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação para América e Caribe/CEPPAC da Universidade de Brasília. E-mail: professora\_mcarolina@hotmail.com

da Universidade de Indiana e co-diretora do Grupo de Trabalho em Teoria Política e Análise Política desta mesma universidade, ambas nos Estados Unidos da América.

Apesar da autoria conjunta, o livro traduz os embates teóricos travados por Ostrom em mais de trinta anos de pesquisa sobre as regras e os usos de bens coletivos. Esta autora já demonstrou em outras obras que sua preocupação está no alargamento das discussões sobre as teses desenvolvidas em ação coletiva. Elinor centra sua análise no âmbito das instituições e da governança por elas proporcionadas e, para tanto, faz uso da escolha racional, mas não para por aí. Assumindo os limites da racionalidade insere o contexto social na defesa de suas concepções. Para ela, os modelos de análise existentes, como a tragédia dos bens comuns defendida por Hardin ou a lógica da ação coletiva defendida por Olson, não podem esgotar o tema. É por esta razão que a noção de cooperação é buscada para ampliar as possibilidades metodológicas. Apesar disto, a autora não se dedicou a traçar um sistema conceitual próprio em torno da ação coletiva, limitando-se a propor a ampliação do conceito.

A obra está dividida em dez capítulos sistematizados em quatro partes que revelam a interação metodológica necessária para lidar com a diversidade institucional e os dilemas sociais que envolvem os recursos de uso comum. Deflui do texto que os autores enfrentam o problema desta diversidade de frente, pois são capazes de demonstrar bem claramente os limites e os desafios que a ela se colocam. Neste ponto levantam, primeiramente, a problemática sob a perspectiva do custo que envolve pesquisas de campo com múltiplos métodos e, avançam no sentido de que a colaboração, que poderia minimizá-lo, encontra por sua vez restrições de natureza profissional e de incentivos de carreira dos pesquisadores que desafiam o uso de métodos mistos. Além disto, a cada análise dos modelos metodológicos selecionados pelos autores há o levantamento sistemático dos desafios que se apontam.

O método IAD, sigla para Institutional Analysis and Development, está presente nas análises da parte II e III do livro que se

dedicam aos estudos de campo e de laboratório. Este método de codificação para transformar dados qualitativos em grandezas quantitativas foi apresentado por Ostrom em 1990 no capítulo 6 da sua obra *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action* e seu mérito está em equacionar o conjunto das ações humanas no manejo dos recursos comuns, estudá-las em laboratório com simulação de comportamentos e, por fim, promover a análise institucional. Os autores fizeram uso do IAD para demonstrar como isto facilitou a acumulação de conhecimento dos casos de estudo relacionados à ação coletiva e aos bens comuns.

A parte II do livro composta pelos capítulos 2, 3, 4 e 5 inaugura, com os métodos de campo, a análise de diferentes métodos com referência à pesquisa sobre ação coletiva para regulação de bens de uso comum. A primeira proposta se refere a estudos de caso em pequena escala (small-n) e os autores apresentam as questões práticas que influenciam a adoção deste método como sendo: a disponibilidade de dados, a consistência destes dados, a relativa facilidade do trabalho de campo e a necessidade de habilidades e conhecimentos específicos do local a que se destina a pesquisa. Abordam a contribuição deste método para o desenvolvimento teórico da ação coletiva à medida em que fomentam o debate entre sistema social e ecológico e também demonstram que estes estudos desmistificam abordagens teóricas limitadas da ação coletiva. Dessa forma, revisitam os conceitos de propriedade sob a perspectiva da posse, dos usos múltiplos dos bens comuns e aponta seus limites. Traça o perfil dos grupos segundo seu tamanho e heterogeneidade e dos recursos naturais segundo suas características e complexidade.

Em seguida, os autores apresentam métodos empíricos de campo como a pesquisa comparativa (capítulo 3), a meta-análise (capítulo 4) e os estudos colaborativos (capítulo 5). No que se refere à pesquisa comparativa, os autores atribuem sua importância às avaliações da generalidade das relações teorizadas. Relatam que, desde a década de 1980, existe um levantamento das pesquisas realizadas sobre bens comuns e o resultado demonstra uma ausência de estudos em larga escala (large-n) com características

transnacionais. Atribuem este fato aos altos custos das pesquisas de campo que acabam por limitar o espaço geográfico a ser estudado. Devido a esta constatação afirmam que a análise comparativa é apropriada para o uso da meta-análise.

A abordagem da meta-análise se inicia no capítulo 3 como recurso da pesquisa comparativa e se estende para o capítulo 4 com a apresentação pelos autores de dois exemplos concretos desenvolvidos por pesquisadores ligados ao Workshop de Teoria Política e Análise Política da Universidade de Indiana (USA) denominados de CPR e Niis. A meta-análise é definida pelos autores como “análise da análise” e se traduz na decodificação dos dados e características de estudos já existentes, daí porque, podem diminuir custos de pesquisa. No entanto, os autores chamam atenção para o fato de que a meta-análise tem um poder analítico limitado.

CPR, sigla de CommonProperty Resource, foi uma análise de dados que envolveu amostras de pesquisas sobre sistemas de irrigação, áreas de pesca costeiras, manejo florestal e casos de mudança de cobertura florestal tropical em várias partes do mundo. Os trabalhos em CPR propiciaram o desenvolvimento do IAD influenciando todos os empreendimentos posteriores. Estas análises objetivavam medir as alternativas para o autogoverno dos bens comuns através de ações coletivas dos grupos envolvidos. A variação de sucesso neste sentido foi abordada sob a perspectiva de diferentes direitos de propriedade, do levantamento das características dos grupos que afetavam diretamente a capacidade de organização, da criatividade do grupo frente ao desafio coletivo e dos tipos de instituições sustentáveis ao longo do tempo. O resultado a que se chegou é apontado como um diversificador de oportunidades, visto que, além de documentar a possibilidade dos grupos superarem os dilemas sociais para criar suas próprias instituições, demonstrou que muitas delas tiveram uma durabilidade prolongada.

A pesquisa colaborativa surge na narrativa dos autores como uma possibilidade de solução para os desafios práticos da pesquisa amplamente comparativa dada a preocupação dos autores

com a sua raridade. As suas conclusões neste ponto indicam que as parcerias de pesquisa têm o escopo de enriquecimento da quantidade e dos tipos de observações, alargamento da cobertura geográfica a ser abarcada pela pesquisa e variedade de questões de pesquisa que podem ser abordadas. No entanto, apontam que para a consistência da pesquisa comparativa, formas mais amplas devem ser pensadas. O Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (GCPAI) é citado como exemplo desta ação.

A parte III do livro, a qual inclui os capítulos 6, 7, e 8, vai tratar de experimentos controlados de laboratório ou de campo utilizados para testar hipóteses. Por este método, situações vividas com resultados positivos têm a chance de serem replicadas em outros locais de modo controlado a fim de viabilizar a autogovernança dos bens comuns. Este tipo de perspectiva é utilizada pelos autores em dois caminhos: a modelagem baseada em agentes que utiliza experimentos de jogos, computacionais, de comportamento cooperativo; e a modelagem baseada em agentes empiricamente fundamentada que congrega vários métodos e permite a comparação de diferentes suposições. Estas duas análises apontam para a importância da comunicação entre agentes e da institucionalização de regras informais.

A parte IV do livro caminha para as conclusões dos autores. Apesar de deixarem claro que a intenção do livro é analisar múltiplos métodos e não estabelecer uma teoria própria para a ação coletiva, há um ensaio neste sentido no capítulo 9. Indica-se, aí, um modelo denominado de teoria comportamental mais geral da ação humana que além de analisar o comportamento humano individual, leva em conta variáveis que podem repercutir sobre os indivíduos, bem como o contexto social em que estão inseridos. Trata-se de incluir as probabilidades de cooperação entre os indivíduos frente aos dilemas sociais. Tendo em vista esta ampliação de paradigma, os autores colocam as obtenções de informações sobre os atributos dos sistemas de recursos e seus usuários como essencial para tentar diagnosticar o motivo pelo qual alguns grupos superam o desafio da ação coletiva e outros não.

O livro encerra com uma recomendação dos autores. A de que as futuras iniciativas para promover pesquisa depositem suas energias na criação de centros de pesquisa interdisciplinar nas universidades, bem como em subsídios para a pesquisa interdisciplinar colaborativa.